

**RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “O DIREITO DA COMUNIDADE LGBT: O RESPEITO À PERSONALIDADE HOMOAFETIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO”<sup>1</sup>**

*REVIEW ABOUT THE ARTICLE ENTITLED “THE RIGHT OF THE LGBT COMMUNITY: RESPECT FOR HOMOAFECTIVE PERSONALITY IN THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM”*

**Francisca Carla de Oliveira Costa<sup>2</sup>**

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1623913355117694>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5356-684X>

E-mail: [carlinhacosta192000@gmail.com](mailto:carlinhacosta192000@gmail.com)

**Resenha da obra:**

MACHADO, Geovanna Costa; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; COSTA, Danilo. O direito da comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Vol. 11, n. 41, p. 379-393, jul.-dez., 2020.

**Resumo**

Esta é uma resenha do artigo intitulado “O direito da comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro”. O artigo é de autoria de: Geovanna Costa Machado, Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. O artigo aqui resenhado foi publicado na periódica “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, Vol. 11, n. 41, p. 379-393, jul.-dez., 2020.

**Palavras-chave:** Comunidade LGBT. Respeito. Personalidade. Homoafetivo.

**Abstract**

*This is a review about the article “rights of LGBT community: respect for homoafective personality in the brazilian legal system”. It was written by Geovanna Costa Machado; Jonas Rodrigo Gonçalves; Danilo da Costa and was published by Revista Processus de Estudo de Gestão, Jurídicos e Financeiros. Vol. 11, n. 41, p. 202-221, jul./dec., 2019.*

<sup>1</sup> A revisão linguística desta resenha foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

<sup>2</sup> Graduando em Direito pela Faculdade Processus.

**Keywords:** *LGBT Community. Respect. Personality. Homoaffective.*

### Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “o direito da comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro”. O artigo é de autoria de: Geovanna Costa Machado, Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. O artigo aqui resenhado foi publicado na periódica “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”. Vol. 11, n. 41, p. 379-393, jul.-dez., 2020.

Quanto aos autores deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos um pouco sobre cada autor.

A primeira autora é Geovanna Costa Machado. Está cursando Direito na Faculdade Processus do Distrito Federal. Seu currículo *lattes* está disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5946595665892520>>. Orcid disponível em: <<http://orcid.org/0000-0003-0721.2367>>.

O segundo autor do artigo é Jonas Rodrigo Gonçalves. Atualmente está adquirindo seu Doutorado em Psicologia. Já é Mestre em Ciência Política; Especialista em Direito e Processo Constitucional, entre outros; Licenciado em Filosofia e Letras. Trabalha atualmente como professor em três faculdades. Seu currículo *lattes* está em: <<http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>>. Orcid disponível em: <<http://orcid.org/0000-0003-4106-8071>>.

O terceiro autor é Danilo da Costa. É especialista em Direito e Processo Constitucional, Direito e Processo Trabalhista, além de Direito Administrativo. Atualmente é professor e coordenador do grupo de pesquisa da Faculdade Processus. Está adquirindo seu Mestrado de Educação na Universidade Católica de Brasília. Seu currículo *lattes* está disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9522717314530051>>. Orcid disponível em: <<http://orcid.org/0000-0003-1849-4945>>.

O artigo é dividido nos seguintes capítulos: Resumo, Palavras-chave, *Abstract*, *Keywords*, Introdução, O direito da comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro, Considerações finais e Referências.

No resumo do artigo consta:

É apresentado o tema do artigo, especificando que os pertencentes do movimento LBGT, até o momento, englobava lésbicas, bissexuais, travestis, gays, transsexuais e transgêneros. A apresentado a possibilidade deste grupo ser respeitado pelo sistema normativo jurídico do Brasil. Os objetivos são apresentados como analisar esta suposição, além de checar os princípios, a aplicabilidade legislativa e a diferenciação. Ressalta-se que o trabalho tem é respeitável devido a importância da garantia da liberdade sexual para todos os gêneros; e é relevante por ser de suma necessidade o cumprimento e debate das normas referente a liberdade de gênero e sexual; além de agregar a sociedade mais proteção legislativa e jurídica, garantindo o básico sem discriminar. A pesquisa é qualitativa e perdurou por seis meses. (MACHADO; GONCALVES; COSTA, 2020, p. 379-380).

O tema do trabalho é o respeito e o direito do grupo LGBT. O problema debatido na obra é o questiona se o Ordenamento Jurídico do Brasil realmente respeita a personalidade do grupo LGBT. A hipótese parte do mesmo princípio da problemática, observando o dever legal atribuído ao Estado diretamente nas questões relacionadas ao respeito LGBT.

Como objetivo geral, os autores analisam a responsabilidade do Estado garantir o respeito da liberdade de opção sexual, sobretudo na personalidade LGBT. Os autores tiveram um debate sobre a aplicação legislativa dos direitos dessa comunidade, e a listagem dos princípios constitucionais do tema, traçados como objetivos específicos.

A temática da obra é justificada pela grande importância do alto grau de crescimento da diversidade afetiva, o que gera mais necessidade de preservação para a comunidade LGBT, por meio de legislações e direitos para assegurar a possibilidade de expressão sem discriminação.

Notoriamente, a metodologia utilizada para a edificação do trabalho aqui analisado baseia-se no estudo teórico para confirmar o tema levantado no artigo. Ademais, foi realizada uma coletânea bibliográfica com a utilização de sistemas externos e artigos científicos publicados em livros acadêmicos ou revistas especializadas mediante consulta ao *Google* acadêmico.

Conduzindo-nos a um raciocínio de sabedoria, os direitos da dignidade e das pessoas são apresentados pela obra como predominantes na ordem global. Isso parte do contexto de que os direitos das pessoas e a personalidade são importantes dentro do sistema jurídico. Os autores sobrelevam que para regular tais atos, a Constituição Federal traz eficácia. Com clareza, ressaltam que a sexualidade está integrada com a personalidade. Sobre as diferenças na personalidade, para que haja a garantia dos preceitos constitucionais, seria mais pertinente utilizar o método hermenêutico.

Pela ótica científica, a orientação sexual é um direito pessoal que aplica atributos inegáveis e inerentes. Propositivamente, os autores afirmam que a Declaração Universal dos Direitos Humanos adota o princípio kantiano de liberdade do ser humano pela consciência. De maneira relevante, o trabalho demonstra que a segurança da personalidade, no Brasil, é retirada do Princípio da dignidade. De mais a mais, ressalta que para que cada pessoa tenha livre desenvolvimento é necessário que a sexualidade seja garantida.

De forma elucidativa, os autores apresentam que a violação dos direitos do grupo LGBT foi considerada uma violação dos direitos naturais apenas em 1994. Machado, Gonçalves e Costa, de maneira sensível, informam que no mundo ainda não há muita legislação que assegure a sexualidade, além de haver resistência. A obra sobreleva que é um direito fundamental, pois está presente desde o nascimento e advém de natureza própria. Isto posto, o ser humano deve ser reconhecido como o destinatário.

Conduzindo o raciocínio com inteligência, a dignidade do indivíduo é apresentada como o centro de todos os direitos essenciais. Os autores explicam que isso ocorre em decorrência da proteção que o princípio citado exala. Para eles a opção de explanar a orientação sexual é indiscutível. Pois, é algo intrínseco. O trabalho aduz que o que integra a personalidade do ser é a própria sexualidade.

Prosseguem com o entendimento de que a dignidade humana é o centro da personalidade. O trabalho aqui resenhado sobressalta que é necessária a expressão de opiniões para que a sociedade seja respeitada e livre com segurança e dignidade. Os autores apresentam, com sabedoria, que tais direitos nascem com a pessoa e morrem com ela. Com proatividade reforçam que estão relacionados com a individualidade, a liberdade e a dignidade. De maneira clara, os autores afirmam que é de extrema importância uma compreensão para usufruir dos direitos supracitados.

Objetivamente, os autores estabelecem que a orientação sexual é caracterizada pela possibilidade de atração sexual e afeto por pessoas de mesmo sexo ou de sexo diferente. De maneira relevante, esclarecem que o respeito deve ser garantido. Para uma boa convivência em sociedade é vital o reconhecimento das orientações sexuais. Interessantemente, fica explícito para os autores que além dos direitos indisponíveis e irrefutáveis, a orientação sexual é inclusa e parte da pessoa.

Costa, Machado e Gonçalves, de maneira importante, reforçam que a legislação prevê a responsabilidade civil para qualquer tipo de violação dos direitos da personalidade. Todavia, devido ao preconceito, a homossexualidade está em um cenário excluído. Portanto, é necessária a justiça social. Demonstram que caso o Estado não forneça uma proteção maior para a comunidade LGBT, ela será exaurida pela discriminação da minoria. Esclarecem que como resposta ao preconceito, retiraria o tratamento digno do ser humano. Conforme explicita o artigo,

a discriminação dos objetivos fundamentais é regulada pela Constituição Federal. No mais, adicionam que a liberdade exercida pelo indivíduo é sua autonomia.

O texto deixa claro que os padrões de comportamento enraizados influenciam na opinião. Para os autores, a discriminação aparece frequentemente no dia a dia da sociedade, de forma incisiva e velada. De maneira clara, a obra estabelece que para a compreensão dessas atitudes é necessário o respeito ao público LGBT mediante o incentivo de questões relacionadas com a causa. Isto posto, adicionam que a proteção desse grupo é uma responsabilidade do Estado. De maneira relevante, os autores reforçam que isso é uma garantia constitucional presente na Constituição Federal. Ademais, por ser normativa, a autonomia é uma fonte legal.

Sobre a liberdade de expressão, o trabalho resenhado é essencial, pois discussões sobre homofobia são justificadas por esse argumento. Propositivamente, o texto aduz que a desigualdade não pode ser superada pela igualdade formal. Os autores demonstram que é necessário um ordenamento jurídico amplo e consolidado para entender as faltas nessas questões. Notoriamente, os costumes devem ser considerados pela falta de legislação. A obra, de maneira relevante, traz a premissa de que a sociedade precisa de respeito para desenvolver seu comportamento sexual e se adaptar ao seu estilo de vida.

O trabalho aduz que a vulnerabilidade e a desigualdade são mais propícias aos que participam das minorias sexuais. Conforme explicitam os autores, outras maneiras de proteção para essas pessoas devem ser reconhecidas. Para eles, a violação dos direitos da personalidade fere a reputação do ser humano. Adicionam, de forma relevante, que a homofobia ocorre até de forma implícita em decorrência da heterossexualidade enraizada. Com proatividade, o artigo reforça que para o indivíduo se realize, a liberdade precisa ser garantida. Além disso, fica claro que os heterossexuais e homossexuais precisam ser tratados de forma igual. Interessantemente, ressaltam que a personalidade de caráter humano também é passível de preocupação.

Pela ótica científica, os autores apresentam que a LGBTfobia foi reconhecida como crime de racismo apenas em 2020, pelo Supremo Tribunal Federal. O trabalho aduz que há uma omissão legislativa acerca de diversos aspectos da orientação sexual. De maneira muito clara, ressalta que a Constituição e o Estado Democrático de Direito dão a esperança de promover a liberdade individual. Os autores deixam claro que o direito é violado quando há a discriminação do grupo LGBT. Afirmam, de forma dialética, que o indivíduo precisa de sua liberdade para manter e desenvolver sua dignidade e personalidade.

Por fim, de maneira relevante, os autores ensinam que uma atitude para demonstrar a criminalidade do ato é a condenação pública. Dispõem assertivamente que as opiniões devem ser expostas, mas de uma forma que mantenha a democracia. O artigo ressalta que terceiros não serão afetados pela união homoafetiva. Os autores reforçam que deve haver o respeito do Estado perante

qualquer ser humano. Conduzindo o raciocínio com relevância, o direito à liberdade é apresentado como algo que pertence a todos. Dessa forma, se não for possível respeitar tal direito, a pessoa não consegue expressar força e liberdade. De forma assertiva, os autores dispõem que para extinguir o preconceito enraizado é preciso haver a construção de leis.

O manuscrito, por fim, trouxe esclarecimentos sobre o respeito aos direitos de personalidade do grupo LGBT em âmbito nacional. De maneira relevante, objetiva e clara, ficou entendido que a hipótese levantada sobre o respeito ser aplicado ou não é positiva, pois há normas constitucionais com princípios fundamentais inseridas no Ordenamento Jurídico Brasileiro que preservam o direito ao respeito. Ficou demonstrada a importância do debate por contribuir para uma reflexão ampliada acerca do assunto. A pesquisa promoveu aos integrantes do movimento LGBT, sejam bissexuais, transexuais, gays, lésbicas ou travestis, além de ressaltar a responsabilidade que o Estado tem de assegurar direitos para as minorias.

### Referências

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em:

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020.

Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

MACHADO, Geovanna Costa; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; COSTA, Danilo. O direito da comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Vol. 11, n. 41, p. 379-393, jul.-dez., 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/285>>. Acesso em: 09 out. 2021.